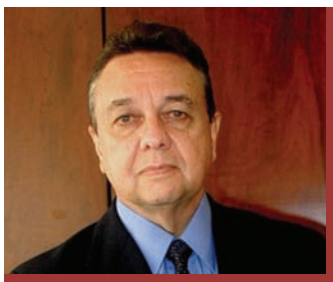


## Diário de bordo

## Ecos do Censo



Roberto Rodrigues\*

**H**Á MUITA informação para ser analisada no novo Censo Agropecuário, feito com base no ano de 2006. São centenas de tabelas que demandam muito estudo criterioso para evitar conclusões apressadas.

Alguns números centrais saltam à vista: em 1996 (ano do censo anterior) o Brasil tinha 4.859.865 estabelecimentos rurais; em 2006, o número aumentou para 5.175.489, um crescimento de 6,5%, que pressupõe uma desconcentração. No entanto, segundo explicações dos técnicos do IBGE, de acordo com o índice de Gini houve um aumento da concentração; mas pelo censo, ela caiu em 2.360 municípios.

E a área plantada? Esta aumentou de 1970 (294,145 milhões de ha) para 1996 (353,611 milhões de ha); mas, de lá para cá, caiu para 329,941 milhões de ha, uma redução de 23 milhões de ha, ou 6,69% em relação ao censo anterior.

Boa parte desta área foi cedida para novas unidades de conservação e terras indígenas, respectivamente com 72,099 milhões de ha (8,47% do território nacional) e 125,545 milhões de ha (14,74% do total).

Em 1996, havia 17.930.890 pessoas trabalhando no campo, contra 16.567.544 em 2006, diminuição proporcional à da área total dos estabelecimentos rurais.

Em compensação, 803 mil tratores operavam no campo em 1996, e em 2006 o

número subiu para 820 mil: menos gente e mais máquinas, um bom sinal.

Mas os números interessantes mesmo estão na produção.

Quase todos os produtos tiveram aumentos significativos: algodão cresceu 189% de 1996 a 2006; a soja cresceu 88%, a mandioca 77%, o milho 66%, o trigo 57,5%, o feijão 50%, a cana 48%, o café 26%, arroz 17,4%, até a uva cresceu 26,9% e o fumo explodiu em 145,7%. Só diminuíram: laranja, -25,2% e cacau, -17,7%. Os produtos tiveram melhores rendimentos, resultado da tecnologia tropical sustentável gerada no país.

Os dados apontam que a agricultura familiar produziu, em 2006, 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% dos suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos, 21% do trigo e 16% da soja.

Os critérios que definem o que é agricultura familiar foram determinados pela Lei nº 11.326 aprovada em 2006. Eles são mais restritivos do que os critérios usados em estudos feitos anteriormente por outros organismos como FAO/Incr e universidades brasileiras que estudaram o setor. A Lei 11.326 determina que quatro módulos fiscais é o limite máximo para um empreendimento familiar. Determina também que a mão de obra deve ser predominantemente da própria família e a renda deve ser originada nas atividades da propriedade e a direção também tem que ser feita por um membro da família.

**Curiosidades:** cerca de 2.418.339 propriedades foram obtidas a partir da compra de particular; e 1.526.161 foram resultado de herança!

Mais de 290 mil vieram de reforma agrária, 47 mil com crédito fundiário, 123 mil via doações e 46 mil por causa de usucapião.

Enfim, há muito para estudar nos dados do censo. Mais que isso: eles podem sinalizar políticas públicas mais adequadas ao setor. ■

\* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

## Produzir

## Liderar ou ser liderado



Cesário Ramalho da Silva\*

**A** EXIGÊNCIA de critérios socioambientais para produtos e processos agrícolas tornou-se um diferencial competitivo. Consolidar um agronegócio sustentável, ou seja, ambientalmente adequado, socialmente justo e economicamente viável é o único caminho. Entretanto, esta missão exige compromisso e participação de todos os agentes da cadeia produtiva.

Mas não foi, por exemplo, o que aconteceu no recente acordo entre frigoríficos e governo de Mato Grosso, coordenado por uma organização não governamental (ONG) ambiental. Por este pacto, os frigoríficos ameaçam não adquirir carne oriunda de gado criado no bioma amazônico. Um esforço válido, mas, que precisa ser melhorado, para obter resultados semelhantes aos da moratória da soja.

Primeiro, os pecuaristas ficaram fora da mesa de negociações. Como pode ser feito um acordo sem a presença do principal agente da atividade, o produtor rural? Ou para os outros elos da cadeia produtiva, a sua opinião não conta?

Segundo, um compromisso deste porte deve levar em conta as legislações relativas ao tema ambiental e fundiário, que estão sendo objeto de mudança, em busca de sintonia com a realidade.

Embora ainda não haja consenso da amplitude das modificações que serão feitas na legislação ambiental, é fato que ela será alterada. No caso fundiário, a MP

de regularização das terras da Amazônia foi um passo importante. No tocante à legislação trabalhista, o desafio é maior, já que nem consta da agenda um debate que mostre a necessidade de adequação das leis trabalhistas às particularidades da atividade rural.

Será que isso está sendo observado neste acordo? Ou de uma hora para outra quem vive da pecuária consolidada na região amazônica terá que abandonar a atividade de vez? Somos contra o desmatamento da floresta, todavia é preciso respeitar quem já está instalado lá e apoiá-lo para que fique adequado às legislações.

Este caso também é um nítido exemplo da desunião do setor rural. O êxito de um projeto sustentável requer a participação de todos. O fato é que se os produtores não se conscientizarem que precisam se unir para negociar e comunicar a situação não mudará. Continuarão liderados em vez de serem protagonistas nas questões socioambientais, absolutamente inerentes ao negócio hoje.

Sem articulação, permaneceremos seguindo uma agenda imposta por públicos antagonistas, como ONGs estrangeiras, que fecham os olhos para existência de milhões de pessoas que vivem do agro, bem como para os benefícios socioeconômicos que o setor transfere para a sociedade.

A construção de estradas, ferrovias e usinas hidroelétricas, por exemplo, assim como agricultura e pecuária, são iniciativas que inevitavelmente geram alguma intervenção ambiental.

Contudo, são ações, que devem ser precedidas de estudos, que avaliem o grau de interferência e respectivas formas de compensação ambiental. É estimular o manejo sustentável em favor do equilíbrio entre as necessidades da população brasileira e o cuidado com os recursos naturais.

É assim que deve ser feito. Com diálogo. Infelizmente, este acordo da carne pecou por ignorar o pecuarista. ■

\* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

## Opinião

# Brasil olímpico



João Sampaio\*

O BRASIL emerge da lista dos países em desenvolvimento como a “bola da vez”. Sediaremos os Jogos Mundiais Militares em 2011, a Copa do Mundo em 2014 e o maior encontro do esporte mundial, as Olimpíadas, em 2016. É uma sequência de eventos que coloca o País na vitrine. Mas o que tem a ver o agronegócio com tudo isso? Assim como nos esportes, na produção agropecuária, o Brasil também assume o lugar mais alto do pódio, mas o caminho não tem sido fácil.

A internacionalização das nossas empresas, acentuada pela recente compra da Pilgrim's pelo JBS Friboi e a fusão deste com o Bertin, formando a maior empresa de carnes do mundo, mostra que atingimos um estágio jamais imaginado. O Grupo Marfrig que acaba de adquirir a Seara e a composição de Sadia e Perdigão na Brasil Foods são casos emblemáticos. A rapidez com que essas empresas alcançaram mercados e se agigantaram é comparável a Usain Bolt, o velocista jamaicano que bate seus próprios recordes sucessivamente. Há dez anos, a indústria de carnes brasileira sequer tinha capital aberto na Bolsa de Valores, o crescimento veloz e competitivo faz de nós alvo de muitos competidores.

No campo dos combustíveis, o primeiro carro *flex fuel* do país foi lançado em março de 2003, hoje a frota nova brasileira está próxima de 100% e o etanol é

a mais viável fonte de energia renovável do mundo. As empresas sucroalcooleiras são autossustentáveis, geram a energia necessária para produzir a partir do bagaço de cana e ainda sobra para a venda no mercado de eletricidade. Tudo começou há menos de 15 anos com a Usina Santa Elisa, no interior de São Paulo. O pulo de eficiência energética é comparável ao salto da nossa Maurren Maggi.

Mas os esportes olímpicos e o agronegócio têm em comum o fato de ambos padecerem da mesma falta de infraestrutura, apoio logístico e investimento em publicidade.

Para a formação do atleta olímpico, é imperativo boa educação aliada à prática de esportes entre os jovens, o incentivo aos jogos estudantis, criação de locais de treinamento dentro das comunidades. O atleta amador é o futuro medalhista. Para criar o ambiente propício, prescindimos de saneamento básico, habitação e segurança.

No agronegócio ocorre o mesmo. Os nomes de algumas empresas brasileiras cintilam nos painéis luminosos das principais bolsas de valores do mundo, mas para que outras cheguem lá, muita coisa ainda precisa ser feita. Um caminhão carregado de soja leva cinco dias de Mato Grosso ao Porto de Paranaguá, no Paraná. A aftosa e a falta de um sistema de rastreabilidade e certificação condizente com o nosso tamanho, impede que exportemos a carne e o boi verde brasileiro para os Estados Unidos e o Japão.

A superação de esportistas e produtores rurais é fruto da vontade de um e do empreendedorismo do outro. A diferença entre atleta e agricultor reside está na chegada do sucesso. No primeiro caso, a imprensa noticia e festeja, os patrocínios aparecem e os governantes prestam homenagens. No segundo, passamos de vitrine a vidraça, a propaganda é contra, com denúncias de ONGs e imagens degradantes. Parecem vender mais do que a nossa própria produção. Somos vítimas do próprio sucesso. Neste campo, o setor ainda precisa mostrar quais são e como se superam os obstáculos na maratona da produção. ■

\* Produtor rural e secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo